

Princípios e práticas da audiodescrição em um ecossistema inclusivo para o ensino superior

Principios y prácticas de la audiodescripción en un ecosistema inclusivo para la enseñanza superior

Principles and practices of audio description in an inclusive environment for higher education

Livia Fabiana Saço ¹  <https://orcid.org/0000-0001-7522-4285>

Rodrigo de Magalhães Vianna ¹  <https://orcid.org/0000-0002-4246-4108>

Eliana Lúcia Ferreira ¹  <https://orcid.org/0000-0001-7978-8731>

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Resumo. Essa construção e reflexão monográfica objetiva compartilhar inovação e boas práticas educacionais desenvolvidas em/para o ensino superior, por meio da propagação da capacitação continuada dos professores sob a perspectiva da diversidade e inclusão, tendo a audiodescrição como recurso de tecnologia assistiva. Secundariamente, visa proporcionar um repensar metodológico e dinâmico do ensinar e aprender que transcenda a sala de aula. A investigação adotou uma abordagem quanti-qualitativa, de caráter descritivo, através de um questionário online aplicado aos cursistas concluintes que aceitaram participar desta pesquisa. A análise dos dados contou com triangulação, técnicas de mineração de dados, análise diagnóstica e qualitativa. Os resultados destacam a propagação e socialização do curso oferecido para 204 docentes, em um diálogo com mais de 20 estados brasileiros. 68,64% da amostra apresentaram idades entre 30 e 50 anos, havendo predominância do gênero feminino. As boas práticas educacionais e sociais proporcionadas pela capacitação são elucidadas pelos discursos dos cursistas. Conclui-se que a capacitação pelo recurso de tecnologia assistiva em audiodescrição, por meio do ensino a distância, atingiu o propósito na difusão e sucesso nas habilidades educacionais e ampliou os processos de inclusão, com estratégia pedagógica para uma comunicação eficiente, com equidade e qualidade, para uma formação crítica do cidadão.

Palavras-chave: educação inclusiva; audiodescrição; inovação docente; ecossistema educacional; ensino a distância.

Resumen. El presente documento es una reflexión monográfica que pretende compartir la innovación y las buenas prácticas educativas desarrolladas en/para la enseñanza superior, mediante el fomento de la formación continua del profesorado desde la perspectiva de la diversidad y la inclusión, con la audiodescripción como recurso tecnológico de apoyo. Al mismo tiempo, pretende aportar un replanteamiento metodológico y dinámico de la enseñanza y el aprendizaje que trascienda en el aula. La investigación adoptó un enfoque cuantitativo y cualitativo, de carácter descriptivo, a través de un cuestionario online cumplimentado por los estudiantes de último curso que aceptaron participar en la misma. Los datos se analizaron mediante triangulación, técnicas de minería de datos, diagnóstico y análisis cualitativo. Los resultados destacan la difusión y socialización del curso ofrecido a 204 profesores, en un diálogo con más de 20 estados brasileños. El 68,64% de la muestra tenía entre 30 y 50 años, con predominio del género femenino. Las buenas prácticas formativas y sociales que ofreció esta formación se deducen del discurso de las personas que participaron en los cursos. La conclusión es que la formación en el uso de la tecnología de asistencia en audiodescripción, a través de la educación a distancia, ha logrado su objetivo de difundir y tener éxito en las habilidades formativas y ha mejorado los procesos de inclusión, con una estrategia pedagógica para una comunicación eficiente, con calidad y equidad, en aras de una formación crítica de los ciudadanos.

Palabras clave: educación inclusiva; audiodescripción; innovación docente; ecosistema educativo; enseñanza a distancia.

Abstract. The following reflexive written study seeks to share well-thought-out and innovative educational practices developed in/for higher education, through the propagation of the ongoing qualification of professors under the perspective of diversity and inclusivity, having the audio description as a resource of assistive technology. Incidentally, it aims to provide a methodological and dynamic rethink of the process of teaching and learning which could transcend the classroom environment. The research adopted a descriptive quanti-qualitative approach, through an online survey applied to the graduating course members who signed up for this study. The data analysis counted on triangulation, data mining techniques, and diagnostic and qualitative analysis. The results point out the propagation and socialization of the course offered to 204 faculty members, in discussion with over 20 Brazilian states. 68,64% of the sample presented ages ranging between 30 and 50 years old, with dominance of the feminine gender. The good educational and social practices provided by qualification are elucidated by

the course members discourses. In conclusion, the capacitation through assistive technology in audio description, via distance learning, achieved the goal when it comes to diffusion and success regarding the educational abilities and increased the inclusion processes, with pedagogical strategy for an efficient communication, with equity and quality, for a critical formation as citizens.

Keywords: inclusive education; audio description; faculty innovation; educational environment; distance learning.

1. Introdução

O atual cenário sobre o papel educacional frente às ações humanas em busca de transformação social, ao agregar valores mútuos reconhecidos nas leis educacionais, reafirma a necessidade de uma cidadania sensibilizada e cooperativa com atitudes e consciência a fim de garantir soluções inclusivas, acessíveis e sustentáveis.

Nesse direcionamento, repensar o ambiente educacional e seu processo de aprendizagem a favor de um ensino e de uma educação inclusiva, com seus nativos digitais alinhados a um movimento mundial, perpassa o olhar de uma metodologia tradicional e agrega diversos aparatos tecnológicos em um movimento contínuo e constante dos envolvidos, consonantes e integrados por meio de diversas áreas educacionais, em uma complementaridade das ações, contemplando os diferentes modos de interagir, colaborar e aprender, de forma tal que todos se beneficiem ao serem incorporados em um ecossistema de aprendizagem ao longo da vida (Zaduski et al., 2018; Meepung et al., 2021; Ruiz-Corbella, 2023).

A inclusão dentro do contexto educacional refere-se não apenas à pessoa com deficiência como também impulsiona a valorização da diferença humana como um fator de qualidade na educação, reconhecendo, desse modo, a importância do desenvolvimento, das potencialidades, dos saberes, das habilidades, das atitudes e da competência de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais e sensoriais (Sassaki, 2010; Stadler-Heer, 2019).

Como movimento social, possibilita adequações conceituais, políticas e pedagógicas, respeitando os princípios da qualidade de vida independente, da não discriminação, do acesso universal, livre de qualquer espécie de barreiras, congruente com o propósito de tornar efetivo o direito à educação a todos os alunos, incluindo os que são vulneráveis à marginalização e à exclusão (Unesco, 2022; Brasil, 2015).

Diante da diversidade no processo da inclusão educacional, a equidade empodera o reconhecimento e o respeito às diferenças, visando garantir condições e oportunidades de acordo com a necessidade individual de cada educando (Renner et al., 2024). Integrada aos princípios que sustentam os direitos humanos, a equidade “fortalece a educação como um esforço público e um bem comum”, visando à transformação do mundo rumo a futuros mais justos, equitativos e sustentáveis (Unesco, 2022).

Como um dos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil adotou as metas estabelecidas pela Agenda 2030, a fim de atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), somado aos princípios orientadores da Unesco para 2050, o qual considera assegurar ações e diálogos para a educação inclusiva, equitativa e de qualidade em uma promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (Unesco, 2015, 2022).

No cenário brasileiro, a educação inclusiva é amparada legalmente, e de forma constitucional, em todos os níveis de ensino (Brasil, 1989, 1996, 2008, 2015, 2016). O país demonstra avanços em relação ao número de matrículas da educação especial, tanto na educação básica quanto no ensino superior. De acordo com o Censo da Educação Básica, em 2020, existiam 1,3 milhões de Estudantes Público-alvo da Educação Especial (EPAEE) matriculados em escola de ensino regular, representando um aumento de 34,7% em relação a 2016. O ensino superior segue a mesma linha de crescimento, pois, em 2019, apresentou 48.520 EPAEE, ampliando em 26,1% as matrículas em relação a 2016 (Inep, 2021).

Apesar do crescente número de matrículas dos EPAEE, a educação brasileira ainda demonstra entraves para assegurar a efetiva inclusão escolar desses estudantes. Tais entraves se encontram profundamente ancorado na trajetória social, política e histórica do país. Exemplo disso são o baixo investimento na educação inclusiva e a qualificação ineficiente dos profissionais dessa área; a baixa participação dos docentes em atividades de formação continuada que versam sobre a educação inclusiva; a carência de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva relacionado às atividades acadêmicas dos EPAEE, entre outros (Mantoan, 2009; Freitas, 2017; Teixeira, 2018; Baptista, 2019; Malheiro & Schlünzen Junior, 2020; Macedo & Freitas, 2023).

Diante dos desafios apontados e vivenciados por muitos países a fim de garantir a inclusão e a equidade de oportunidade aos estudantes, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) destaca que são necessários reforços adicionais para minimizar as barreiras à aprendizagem e para garantir a educação inclusiva, defendendo que a responsabilidade da garantia da inclusão e da equidade depende de ações coletivas na construção de sistemas educacionais mais resilientes para o futuro com a educação on-line, utilizando abordagens de baixa e/ou alta tecnologia (Unesco, 2015, 2017, 2020, 2022).

Confluente à definição da Unesco quanto à garantia da educação para TODOS no sentido de uma efetiva inclusão, contextualizado com o avanço na tecnologia de comunicação e os diversificados espaços comunitários virtuais de aprendizagem no século XXI (Kita, 2021; Hassan et al., 2021), o atual contexto escolar deve ser repensado por meio de ações e de atitudes que visem à concretude futura de mudança da realidade da dinâmica e do funcionamento das aulas tradicionais; representando a possibilidade de ofertar um ensino que integre o mundo físico e o mundo virtual (Rybalko et al., 2023).

Na proposta de reformulação do ensino, Dias Junior e Mercado (2019) apontam a necessidade de as instituições de ensino superior (IES) integrarem a tecnologia ao ambiente acadêmico, reestruturando o papel promissor dos agentes ativos do conhecimento, incorporando, em suas práticas, novas abordagens educacionais, por meio de pedagogias com base em abordagens participativas e cooperativas, encontrando, nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), o recinto para a colaboração interdisciplinar, a autonomia docente, a inserção ativa nas políticas de educação, com infraestrutura tecnológica e recursos para desempenhar diversificadas funções com eficiência e eficácia educacional e social (Unesco, 2022).

Buscando a integração no processo educacional, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) desempenham um papel preponderante na personalização e individualização do aprendizado fortalecido pela democratização do acesso. Nesse contexto, os cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional, com o tema central na audiodescrição, desenvolvidos pelo Núcleo do Grupo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância (NGIME) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), corroboram este estudo monográfico. Isso se dá por meio da formação continuada, a qual propicia uma ferramenta inclusiva desde 2018, coadunando com as normativas da “Agenda 2030” para o Desenvolvimento Sustentável e os princípios da Unesco para 2050.

Dessa forma, oportunizam aprendizado inclusivo e equitativo ao longo da vida acadêmica, o que repercute em mudanças estruturais nas práticas educacionais e culturas institucionais buscando minimizar os impactos nas lacunas educacionais referentes à formação continuada dos professores, geralmente associados à escassez de recursos de tecnologia assistiva nas atividades acadêmicas dos EPAEE.

Nessa perspectiva, propomos, para esta construção e reflexão monográfica, compartilhar inovação e boas práticas educacionais por meio da capacitação continuada dos professores sob a perspectiva da diversidade e inclusão, por intermédio da audiodescrição (AD) como recurso de tecnologia assistiva. A proposta implica um repensar metodológico e dinâmico do ensinar e aprender que vá além da sala de aula.

Por intermédio dos diferentes recursos facilitadores disponibilizados para a efetivação de uma educação inclusiva, a audiodescrição (AD) se traduz em um recurso de tecnologia assistiva que exprime significado sonoro, a partir das imagens, nos mais diversificados contextos e ambientes educacionais, culturais, profissionais e sociais – um “olhar” que sobrepõe a deficiência visual, amplia a acessibilidade comunicacional no repertório educacional para todos (Motta & Romeu, 2010; Oliveira e Moraes, 2023).

Como recurso de tecnologia assistiva, permite romper a barreira da comunicação, do acesso à informação e à compreensão diária na vida do indivíduo. O art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) define Tecnologia Assistiva como:

III- tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Sendo um mediador tecnológico que possibilita a integração da audiodescrição e capacitação docente em rede, ampliando o diálogo entre educação e tecnologia, entendemos que as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), aqui exploradas por meio do ensino a distância (EAD), possibilitam ampliar os processos tradicionais de aprendizagem em uma aprendizagem contínua e com ubiquidade; contudo, as tecnologias só exercerão esse papel dependendo das circunstâncias em que forem pensadas, desenvolvidas, adaptadas, disseminadas e incorporadas (Ruiz-Corbella, 2023).

Essa condição envolve mudanças estruturais relacionadas ao conteúdo para o ensino, com seus estudantes, com os pais e com a comunidade; a organização do trabalho pedagógico e a necessidade de execução de métodos de ensino diferenciados (Ferreira et al., 2019; Lázaro e De-Juanas, 2024).

A inclusão digital e social engloba as diferentes camadas sociais, implica a participação, o empoderamento e a autogestão de seus usuários e permeia os caminhos da acessibilidade, possibilitando não somente o ingresso aos níveis mais elevados de ensino e formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, como também o processo democrático de informação em uma sociedade em rede (Castells, 2010).

2. Percurso metodológico

Esta pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, descritiva, desenhada por procedimentos técnico-operacionais em dois ângulos: i) descrição dos princípios e práticas de um curso de aperfeiçoamento em audiodescrição ofertado pelo Núcleo do Grupo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância (NGIME) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); ii) procedimento metodológico descritivo dos dados quantitativos, caracterização dos sujeitos e qualitativos depreendidos do *corpus* de análise, representado pelo discurso dos cursistas.

Gil (2006) aborda a pesquisa quali-quantitativa como uma abordagem metodológica que combina elementos qualitativos e quantitativos em um mesmo estudo. Essa abordagem busca integrar as vantagens de ambos os métodos, permitindo uma compreensão mais abrangente e profunda do fenômeno investigado.

2.1 Sujeitos e critérios de inclusão

A materialidade da amostra foi composta pelos alunos matriculados no Curso de Aperfeiçoamento em Audiodescrição na Escola – turma 2018, ofertado pelo NGIME da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Edital n.º 02/2018. Todos os matriculados já apresentaram uma primeira formação em educação e se inscreveram para a formação continuada. Os 204 cursistas que finalizaram o curso ofertado em 2018 foram elegíveis a participar do presente estudo.

O curso aqui apresentado trata-se de um projeto oriundo da parceria do NGIME (UFJF) com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), fazendo parte de ações da Agenda 2030, com o objetivo de contribuir com a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino; valorizar as diferenças e a diversidade; além de promover a educação inclusiva, os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.

2.2 Instrumento e procedimento metodológico

O instrumento de coleta de dados desta fase – aqui instituído pelo questionário estruturado *online*, composto por questões objetivas e discursivas – ficou disponível na internet por, aproximadamente, 30 dias (um mês) a contar da data de divulgação, para preenchimento. Foi utilizado o formulário Google Forms como meio para coleta de dados.

O questionário estruturado abordou as seguintes variáveis: idade, gênero, formação e titulação, endereço residencial e uma pergunta aberta sobre a importância da formação continuada em audiodescrição para a atuação profissional, naquele momento.

Seguindo as Orientações para Procedimentos em Pesquisas com Qualquer Etapa em Ambiente Virtual (Brasil, 2021), os possíveis participantes foram contatados de forma individual. Eles receberam o convite para a participação na pesquisa por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) – plataforma Moodle (UFJF) e via e-mail eletrônico. Foram informados sobre possíveis riscos e benefícios referentes à sua participação na pesquisa por meio virtual. Na mesma medida, foi-lhes assegurada total confidencialidade e informados os possíveis riscos de violação desta. Diante disso, aceitaram participar da pesquisa ao concordarem com o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a possibilidade de autorização e anuência de forma *online*. O documento continha os tópicos abordados na pesquisa e a garantia do sigilo das informações e seu anonimato, para uma tomada de decisão informada.

Os resultados do proposto constam na aprovação pelo parecer substanciado: CAAE: 53216221.0.0000.5147 – 15/02/22, aprovado pelo Comitê de Ética da UFJF.

2.3 Análise dos dados da pesquisa

Considerando os objetivos da pesquisa, a análise contou com a triangulação dos dados com técnicas de mineração de dados, análise diagnóstica e análise qualitativa (Tripp, 2005).

As variáveis quantitativas foram tabuladas utilizando o Microsoft Excel, com posterior análise estatística descritiva referente a: mínima e máxima, percentis e médias, representados em tabelas e gráficos, apresentando evidências visuais e icônicas sobre os resultados obtidos. Foi verificada a consistência dos dados por inspeção visual. Em seguida, foram codificados os elementos estruturados do questionário, tabulação, depuração e criação das variáveis derivadas.

O *corpus* de análise referente à pergunta seguiu a regra qualitativa por meio da Análise do Discurso, na vertente Francesa de Orlandi (1999, 2007). Buscou-se o aprofundamento na compreensão dos sentidos apreendidos no contexto educacional acerca da capacitação e do aperfeiçoamento dos professores inseridos na inclusão educacional.

Por meio da representação do discurso dos cursistas (verbal e não verbal) – aqui representados por “S” –, realizou-se a transcrição literal das respostas individuais de cada discente para o *software* Atlas.ti, versão 22 (Qualitative Research and Solutions), delineando as marcas linguísticas: pronomes, adjetivos, paráfrases e advérbios. Esse procedimento facilita a captação por meio das repetições e diferenças de sentido no dizer, possibilitando que o pesquisador desvende o “não dito”, subentendido nas entrelinhas.

O dispositivo analítico aqui delimitado foi constituído a partir das seguintes questões: “o que fala” – ao nível do textualizado; “como fala” – no modo de texto; “de onde fala” – a situação de interlocução; “com quem fala” – o papel do outro (imediate e histórico – inconsciente/ideológico) (Orlandi, 2013).

A posição-sujeito é um conceito da AD que se refere ao lugar de onde se fala e se produz sentido, simbolicamente, construído historicamente nas relações sociais. Essa formação discursiva enunciada pelo sujeito encontra-se relacionada a outras formações discursivas, impregnadas de sentido (Orlandi, 2013; Ferreira et al., 2019).

A confiabilidade dos resultados apresentados está associada à sistematização seguida do processo de investigação – estruturação das etapas para a coleta das informações, definição com rigor dos procedimentos para a análise dos dados, o que resulta em evidências consistentes (Sampieri et al., 2013).

3. Resultado e discussão

O curso intitulado “Curso de Aperfeiçoamento em Audiodescrição na Escola: Recurso de Acessibilidade educacional”, ofertado, em 2018, pelo NGIME em parceria com a UFJF, foi desenvolvido com uma carga horária de 180 horas, distribuídas em 12 módulos, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Quadro de disciplinas/módulos do curso de aperfeiçoamento em audiodescrição UFJF/NGIME

| Disciplinas / Módulos | |
|-----------------------|--|
| 1 | Princípios e procedimentos da EaD |
| 2 | Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade Educacional |
| 3 | Introdução à Audiodescrição |
| 4 | Audiodescrição de Eventos Escolares e Atividades Extracurriculares |
| 5 | Audiodescrição de Fotografias e Obras de Arte |
| 6 | Aplicações Educacionais da Audiodescrição na escola |
| 7 | Audiodescrição de Imagens no Livro Didático: Português: charges, cartuns, tirinhas e histórias em quadrinhos, contação de história |
| 8 | Audiodescrição de Imagens no Livro Didático: Livros de Ciências |
| 9 | Audiodescrição de Imagens no Livro Didático: Livros de Geografia |
| 10 | Audiodescrição de Imagens no Livro Didático: Livros de Matemática |
| 11 | Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso na Audiodescrição |
| 12 | Plano de Ação Pedagógica |

Nota. Adaptado de NGIME (2024).

Esse curso auxiliou na capacitação e no aperfeiçoamento de 204 professores, com conhecimento prático e teórico, dentro da perspectiva das boas práticas de acessibilidade, implementando o recurso da audiodescrição em suas atividades pedagógicas, extrapolando-o para outros âmbitos e vivências sociais.

O pilar metodológico foi desenvolvido por meio do AVA – plataforma Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment / Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Modular Orientado a Objeto*) (Lima, 2021). Isso consiste em um sistema de internet em que se concentra um conjunto de ferramentas de gerência pedagógica e administrativa de cursos, por meio de uma dinâmica com atividades síncronas e assíncronas. Desse modo, fomenta a interlocução entre o material didático convencional, as situações vivenciadas na escola e os saberes próprios da audiodescrição,

proporcionando desenvolver estratégias de ensino em rede, mediante um ecossistema de aprendizado inter e transdisciplinar, o qual é o método de ensino que se estende a todos os níveis educacionais.

Para que os educadores promovam uma educação com qualidade ao longo da vida a fim de ampliar o direito à educação, a transdisciplinaridade na formação e na qualificação dos professores deve desenhar horizontalmente o conhecimento contínuo e significativo em sua trajetória profissional (Santaella & Ruiz, 2023). Nesse contexto, a formação continuada se constitui como um dos pilares fundamentais para o aperfeiçoamento profissional, direcionando caminhos para os docentes adquirirem novos conhecimentos teóricos e práticos, aprimorando suas práticas pedagógicas e ensino de qualidade (Santos e Sá, 2021).

Silva (2024) avança na discussão sobre a formação continuada dos docentes, sua valorização, o engajamento na proposta e sua real contribuição para uma sociedade democrática e inclusiva, concluindo que “Ela representa uma oportunidade de desenvolvimento profissional, atualização de conhecimentos e aprimoramento das práticas pedagógicas; investir na capacitação dos educadores é investir na qualidade da educação e no futuro das novas gerações”.

A formação continuada é uma das formas de valorização do profissional. Nesse quesito, o curso de aperfeiçoamento em audiodescrição oportuniza esse desenvolvimento profissional a uma diversificada amostra de profissionais, conforme demonstrado na Tabela 2. Nela, evidenciou-se um percentual de 68,6% de cursistas na faixa etária entre 30 e 50 anos de idade, potencializando a constância pelo aprimoramento dos profissionais que se encontram ativos no mercado de trabalho. Consideramos, diante dos resultados, outros elementos na formação acadêmica para além do aspecto acadêmico, envolvendo o desenvolvimento pessoal e profissional, considerando a constante (re)significação da prática docente (Silva, 2024).

Tabela 2. Perfis dos alunos (idade, deficiência, gênero)

| Idade | Quantidade de alunos | (%) |
|-------------------------------|----------------------|------|
| Mais de 50 | 33 | 16,2 |
| De 41 a 50 anos | 64 | 31,4 |
| De 36 a 40 anos | 39 | 19,1 |
| De 31 a 35 anos | 37 | 18,1 |
| De 26 a 30 anos | 14 | 6,9 |
| De 20 a 25 anos | 4 | 2,0 |
| Não informada | 13 | 6,4 |
| Alunos com deficiência | | |
| Sim | 19 | 9,3 |
| Não | 181 | 88,7 |
| Não responderam | 4 | 2,0 |
| Gênero | | |
| Masculino | 23 | 11,3 |
| Feminino | 181 | 88,7 |

Nota. Elaboração pelos autores.

A amostra aqui apresentada explana a representação do gênero feminino diante do aprimoramento profissional no ensino superior. Tal cenário corrobora com o estudo de [Brazil et al. \(2022\)](#) que também encontraram, em um curso de aperfeiçoamento oferecido em tecnologia educacional, mais de 85% dos cursistas do gênero feminino, com idade entre 30 e 49 anos. Desses, havia um total de mais de 65% dos estudantes nessa faixa etária. [Santos e Costa \(2021\)](#) destacam as maiores taxas de alfabetização das mulheres e crescimento expressivo na taxa de graduados desse gênero nas últimas décadas, ampliando seus espaços de atuação no ensino, fortalecendo a mudança do paradigma da educação de mulheres.

A relação que o nosso estudo demonstrou sobre o gênero feminino e formação em pedagogia, normal superior e outras licenciaturas é evidenciada nos estudos de [Brazil et al. \(2022\)](#), sendo reforçada por [Senkevics \(2021\)](#), demonstrando que mais de 90% das matrículas em licenciaturas em pedagogia no Brasil se associam ao gênero feminino. A expressividade na relação dos cursos de formação e o aperfeiçoamento em audiodescrição evidenciam a necessidade de capacitação profissional contínua no contexto educacional e inclusivo em um aporte defendido pela [Unesco \(2022\)](#).

Os recortes, a seguir, discorrem sobre a importância da formação continuada do professor, após a conclusão do curso ofertado pelo Ngime. Os locutores enfatizam, por intermédio da ênfase de alguns termos (grifos nossos), os caminhos alavancados envolvendo os conhecimentos adquiridos por meio da formação, englobando a diversidade existente dentro e fora da sala de aula.

Segundo a [Unesco \(2022, p. 52\)](#), “nossas energias devem se concentrar nas práticas arriscadas de empatia, ética, solidariedade, construção conjunta e justiça, que precisam ser ensinadas e aprendidas com paciência e para as quais não há atalhos tecnológicos”. A aluna S12 ratifica esse pressuposto:

... *“atuando como ledora da rede municipal, os conhecimentos adquiridos corroboraram para uma intervenção pontual e significativa, com a necessidade de constante atualização”.* (S12).

.... *“O curso foi, e ainda é, uma referência importante para minha formação em audiodescrição. A partir dele, realizei outros, de menor carga horária, e contínuo buscando aprimorar os conhecimentos voltados à implementação da acessibilidade e inclusão”.* (S10).

... *“e tudo isso tem sido motivador dos meus estudos e das proposições de cursos, pesquisas, projetos e eventos no serviço público...”* (S12).

A inovação docente e as boas práticas assertivas com/para o curso desenhado transbordam em desempenhos significativos para a transformação social no contexto brasileiro, por meio de uma promoção de práticas inclusivas para a sociedade acadêmica, integrando acessibilidade, conexões e informações em um ecossistema educacional colaborativo ([Benites & Mello, 2024](#))

A partir da realidade dos envolvidos para a construção do conhecimento e ressignificação dos espaços-tempo escolar, destacamos, aqui, a missão educacional no/para o ensino superior, em um dos princípios fundamentais da [Unesco \(2022\)](#) diretamente relacionado tanto à valorização do trabalho docente quanto ao seu aperfeiçoamento no ensinar e aprender. Visa-se, com isso, recuperar e aprimorar a pedagogia, em

primeiro plano, em uma perspectiva na formação inclusiva com empatia, respeito, solidariedade, ética, tornando os cidadãos conscientes para a transformação social e do mundo.

A heterogeneidade do contingente de estudantes no ensino superior e sua inomogeneidade em idade, sexo, nível socioeconômico, cor, etnia, motivações, expectativas e projetos profissionais impõem aos docentes e a todo arcabouço acadêmico o repensar metodológico de ensino-aprendizado a “todos os alunos” em um processo inclusivo.

Benites e Mello (2024) apontam que a inclusão escolar é uma realidade que se sobrepõe ao ingresso e à permanência do aluno na escola e que a amplitude no contexto engloba o aproveitamento do estudante, respeitando suas peculiaridades para o avanço na aprendizagem e no desenvolvimento.

Estar incluído é ter acesso ao material pedagógico adequado, às tecnologias assistivas, à participação nas atividades em sala de aula com os seus pares e no desenvolvimento de suas habilidades de aprendizagem, sociais e emocionais. Para solidificar a aprendizagem, o aprimoramento dos educadores é a iniciativa mais acessível e eficiente (Benites & Mello, 2024).

Payne et al. (2017) elucidam que os processos inclusivos estejam contextualizados ao avanço na TDIC nos diversificados espaços virtuais utilizados na aprendizagem no século XXI (Kita, 2021; Hassan et al., 2021).

Os ambientes virtuais de aprendizagem no processo educacional possibilitam a personalização e individualização do aprendizado fortalecido pela democratização do acesso, ampliando as frentes de atuação, respeitando o tempo e a necessidade de cada aluno em uma metodologia adotada com diferenciais no processo de formação.

Ruiz-Corbella (2023) ratifica o olhar ampliado da educação, o qual é desenvolvido em múltiplos espaços, reconhecendo os inúmeros cenários de transformação educacional em uma sociedade em rede.

As palavras em destaque nos excertos transpostos (grifo nosso) endurecem as diretrizes recomendadas no relatório da Unesco (2022, p. 5) que engrandece “um novo contrato social para a educação, que visa reconstruir nossas relações uns com os outros, com o planeta e com a tecnologia”.

... “o direcionamento para a perspectiva escolar e a metodologia utilizada no curso, de educação à distância, foram diferenciais importantes” (S2).

... “após o Aperfeiçoamento em Audiodescrição, concluí o mestrado e o doutorado, ambos em educação, na linha de pesquisa Educação e Inclusão em contextos Educacionais, tendo, como temática de estudo, tanto na dissertação como na tese, a audiodescrição em contextos educacionais e culturais” (S3).

Mianes (2016) destaca, em seu estudo, baixos conhecimento e exploração do recurso de audiodescrição no contexto educacional até o ano de 2016. Percebemos que, a partir disso, e como contribuição do curso descrito nesta construção monográfica (além de outras duas versões desenvolvidas até a presente data), o desenvolvimento e o aprimoramento metodológicos, com a abordagem da audiodescrição ofertada na EaD, impulsionaram as oportunidades de aprendizado, materializando o conhecimento na coletânea “Práticas Inclusivas: A Audiodescrição como Ferramenta Pedagógica” – produto do respectivo curso – em sua versão impressa, no arquivo do Ngime.

A EaD é uma modalidade de ensino existente no mundo e no Brasil desde o século XX, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96, no art. 80:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2005, p. 1).

Ruiz-Corbella (2023) e Lima de Almeida et al. (2023) enfatizam que a modalidade do EaD, também designado por muitos como o eLearning, reflete em uma educação real, resultante de ações e comportamentos específicos que resultam em aprendizagem, atingindo camadas da população com dificuldade na formação presencial. Acreditam que a EaD possa estar sintonizada com os novos paradigmas da educação, pois os ambientes virtuais privilegiam o ensino-aprendizagem e a interatividade, contribuindo para uma sociedade mais democrática e igualitária, diminuindo barreiras existentes e potencializando a autonomia de alunos com e sem deficiência.

Frente a esse ressignificar da produção do conhecimento, diante da flexibilização nos espaços e nos tempos de aprendizagem, a prática do EaD no ensino superior acolheu e permeou a individualidade dos mais diversificados acadêmicos quanto à facilidade de conciliar estudos e trabalho, ampliou a oportunidade para a aquisição de conhecimentos e aprendizado por qualificação e pelo diploma universitário (Rocha et al., 2024).

O fragmento, a seguir, exprime essa singularidade no EaD, valoriza a relação da conectividade do aprendizado ao mundo virtual, empreendendo as maneiras de ensinar e aprender inclusivo, transcendendo as salas de aula. Expressa, por meio do “não dito”, a singularidade de sua deficiência física e toda a magnitude envolvida no contexto social, histórico e político intrínseco nas barreiras presentes no dia a dia.

... “A EaD possibilitou meu retorno ao mercado de trabalho, já que, há alguns anos, adquiri uma deficiência física e não pude retomar minha profissão pela dificuldade de locomoção e dependência” (S8).

Percebemos como essa interconectividade favorecida pela EaD contribui para a construção de um Ecosistema Educacional Inclusivo (EEI), com o advento das TDIC, as quais devem integrar a base pedagógica atual, como declarado pela Unesco (2022, p. 51): “Todos os estudantes estão conectados ao mundo e toda a aprendizagem ocorre no e com o mundo”. Os ecossistemas, em especial o descrito nesta monografia, transcendem os espaços físicos que, outrora, delimitavam demasiadas possibilidades de interação (Zaduski et al., 2019).

Em uma extensão territorial de 8.510.417.771 km² IBGE (2023), a Figura 1 acentua a abrangência do curso ofertado e sua amplitude de cobertura do EAD nos mais diversificados tempos e espaços. Com o propósito de aperfeiçoar, em um ensinar e aprender conteúdos e valores colaborativamente, por intermédio de suas diversificadas ferramentas (fóruns, chats, videoaulas, gamificação, entre outros) conectando realidades e contextos complementares, a modalidade do EaD capacitou profissionais em mais de 20 estados brasileiros, somado ao Distrito Federal.

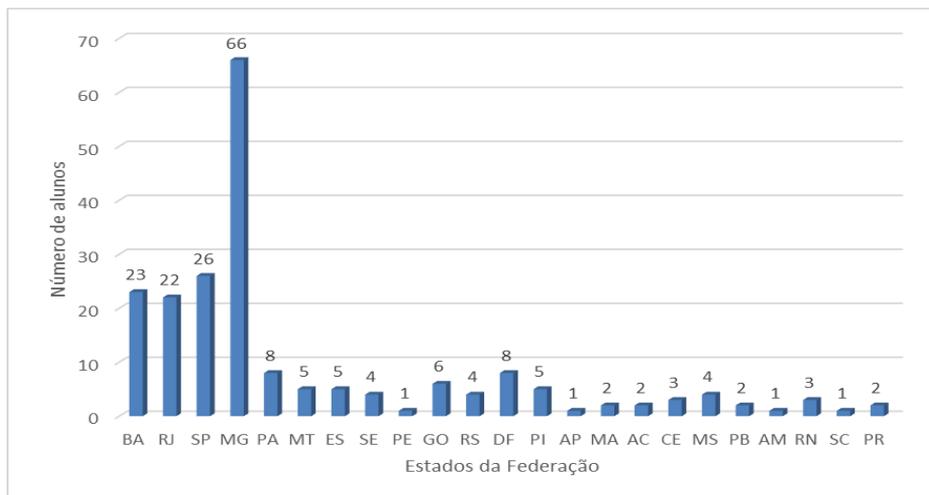


Figura 1. Distribuição de alunos por estados da federação.

Nota. Elaboração própria.

O “repensar” do aprender e ensinar, a socialização das práticas educacionais, a interação, a colaboração e a difusão do conhecimento, entre diálogos diversificados, é o legado desenvolvido na metodologia do curso em audiodescrição aqui descrito (vide temas apresentados do curso – [Tabela 1](#)). Com ele, superam-se barreiras e amplia-se a acessibilidade dos alunos, em um ecossistema de aprendizagem no qual os conhecimentos teóricos acompanham a sua aplicabilidade imediata.

Como consequência, ampliam-se as práticas dos participantes, como demonstrado nos extratos a seguir, com destaque em alguns termos (oportunidade, contribuir, realizar, início) e grifo nosso.

... “A oportunidade de fazer o curso EAD contribuiu em minha prática docente, não apenas no atendimento pedagógico de estudantes com deficiência visual. Passei a realizar cursos de formação continuada em audiodescrição no contexto educacional e, mais recentemente, cursos voltados ao serviço público em geral...” (S7)

... “O curso de AD na Escola foi, para mim, o início de uma trajetória dentro da audiodescrição...” (S9)

Todo esse movimento do avanço das TDICs resultou em abruptas mudanças do ensino presencial para o remoto, sendo não só desafiador para todo o arcabouço escolar e seus agentes ativos, como também um campo de oportunidades frente às tecnologias e seus constantes avanços. Destacou-se e ampliou-se sua magnitude diante do cenário educacional, no contexto de calamidade pública, como uma oportunidade vivenciada de mudança da realidade da dinâmica e do funcionamento na educação tradicional em um novo repensar social da/para educação (Unesco, 2022; Kostenko, 2023).

A necessidade de adaptação das formas de ensino durante o distanciamento social ocasionado pela pandemia do SARS-CoV-2, após 2019, alavancou as produções e o desenvolvimento de *softwares*, sistemas e aplicativos como recursos educativos midiáticos para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem como alternativas às aulas remotas. Foi uma oportunidade de progresso ante a realidade da dinâmica e do funcionamento na educação tradicional em transformação, impulsionando a oferta de um ensino que integre o mundo físico e o mundo virtual (Galvão et al., 2021; Kostenko, 2023).

Destacamos a audiodescrição como recurso facilitador de acesso à comunicação, ampliando a possibilidade de interação não só do deficiente visual, mas da sociedade em geral em eventos culturais, turísticos e acadêmicos; em programas de tv; em exposições, mostras, músicas e outros eventos no “mundo” da informação sonora (Motta & Romeu, 2010; Conceição & Barreira, 2023).

No Brasil, a audiodescrição consolida seu espaço frente aos direitos e ao acesso às pessoas com deficiência por meio da Lei n.º 10.098 (Brasil, 2000) e do Decreto Legislativo n.º 186/2008 (Brasil, 2008), socializando suas atuações em diferentes espaços, efetivando a normativa em valores e ações praticadas pelos cursistas como explícito nos dizeres.

Por meio da análise dos discursos apresentados, depreendemos o avançar dos espaços de atuação dos audiodescritores após a capacitação (grifo nosso). Isso é retratado na implementação das políticas públicas fomentando o progresso social, inclusivo e democrático.

... *“hoje, estou trabalhando ativamente como roteirista de AD, em eventos ao vivo, streaming (Netflix), projetos variados de audiovisual, imagens estáticas, AD para redes sociais, audiolivros e tantos outros. Estou imersa na AD e, cada dia mais, realizada e apaixonada por essa ferramenta incrível”* (S10).

... *“já atuei também como membro de equipes de acessibilidade e como professor formador de diversos cursos na área cultural e da acessibilidade...”* (S20).

... *“realizei dezenas de trabalhos com a audiodescrição, inserindo o recurso em materiais diversos, como videoaulas, filmes, espetáculos teatrais, livros de contação de histórias, dentre outros...”* (S3).

... *“a acessibilidade no audiovisual” e “marketing de moda com audiodescrição para e-commerce”, como forma de orientar e difundir a perspectiva da acessibilidade e da audiodescrição nas linguagens artísticas entre profissionais do setor cultural e artístico”* (S7).

O ensinar para o deficiente visual, diante o processo formativo do docente, foi considerado “carácter de urgência” no estudo de Farias Júnior e Araújo (2023) onde constatou barreiras de acesso à informação completa de conteúdos imagéticos nos materiais didáticos do ensino superior. Destacou a audiodescrição como tecnologia assistiva, na construção/elaboração dos e-books (livros digitais), livros acadêmico-científicos, entre outros recursos didáticos, ratificando e aprovando a metodologia proposta nesse aperfeiçoamento, no caminho da acessibilidade e inclusão educacional.

Alinhados a esse movimento mundial, Sotto et al. (2023) defendem a qualidade na formação profissional integrada à transdisciplinaridade educacional como método de ensino estendido em todos os níveis de aprendizado. Agregam, assim, um

aparato diversificado de soluções que contribua para os processos de ensino e sua incumbência na formação dos cidadãos responsáveis socialmente em um ecossistema educacional inclusivo.

Ante o percurso da inclusão, a capacitação e a preparação profissional desses agentes ativos no processo educacional, dentro e fora da sala de aula, favorecem a remoção das barreiras comunicacionais, pois, por meio da audiodescrição, ampliam-se a participação e o exercício da cidadania em atitudes reflexivas, garantindo a permanência e a equiparação de oportunidades, proporcionando visibilidade à diversidade existente em todos os estudantes (Simón & Molina, 2022; Oliveira & Moraes, 2023).

A magnitude expressa pela audiodescrição no contexto social, histórico e político fomenta movimentos sociais, valores, conhecimentos e sensibilidade humana, avançando a definição de recurso de acessibilidade para a inclusão (Farias Júnior e Araújo, 2023). Foco nas análises nos fragmentos abaixo (grifo nosso):

... “à formação e sensibilização de idealizadores e realizadores, seja com a própria produção da acessibilidade comunicacional em produtos e serviços...” (S11)

... “posso dizer que, a partir dos conhecimentos adquiridos nos cursos de AD, em 2018, estou no caminho da profissionalização nessa área, sempre atuando com pessoas com deficiência visual com conhecimento em AD”.

... “sou uma ‘audiodescritora em construção’ e, nessa trajetória, procuro divulgar e incentivar as PcDV para que conheçam e cobrem” ... (S14).

Nesse direcionamento, em consonância com as diversificadas áreas educacionais, com complementaridade das ações em um movimento contínuo e constante dos envolvidos, Zaduski et al. (2018) destacam que, diante do conceito de ecossistema de aprendizagem, é possível contemplar os diferentes modos de interagir, colaborar e aprender, de forma que todos se beneficiem de uma cidadania sensibilizada e consciente.

4. Conclusão

Consonante as análises empreendidas neste trabalho, observamos que um ecossistema de aprendizagem, diante de tecnologias de informação e comunicação – como o desenvolvido no curso de Aperfeiçoamento: “Audiodescrição na Escola: Recurso de Acessibilidade educacional”, ofertado pelo Núcleo de Inclusão, Movimento e Educação a Distância (NGIME)/UFJF – desenvolveu a linha tênue do aprimoramento e da qualidade na aprendizagem, alicerçado em uma educação inclusiva, intercultural e interdisciplinar, conforme é preconizado nos relatórios e nas recomendações da Unesco.

A caracterização dos cursistas, sua faixa etária e sexo, ratificados pelos discursos, demonstraram que são profissionais atuantes no mercado de trabalho – 68,6% encontram-se na faixa etária entre 30 e 50 anos; 88,7% são do gênero feminino, com comprometimento na qualificação profissional sob a perspectiva da diversidade e inclusão, visando um ensinar e aprender compartilhado, com qualidade e equidade em prol da inclusão educacional.

Dessa maneira, os concluintes e capacitados com o curso de aperfeiçoamento em audiodescrição aqui descritos estão potencializando os conteúdos apreendidos em suas realidades, disseminando a metodologia do ensinar e aprender colaborativo, resignificando suas práticas pedagógicas que transcendem a sala de aula, propagando a educação inclusiva em várias regiões do país.

As narrativas dos cursistas enaltecem as boas práticas educacionais por meio da disseminação do conhecimento que se sobressai à área educacional, colaborando mutuamente no processo de formação e transformação no aprendizado que vai além da educação superior.

Propagando os princípios e práticas da audiodescrição em uma modalidade educacional do EaD, avança no processo de efetivação das normativas inclusivas em um processo dinâmico, demonstrando um compromisso genuíno com a diversidade e a equidade no ensino. Em última análise, a combinação da audiodescrição e do EAD não apenas amplia o alcance da educação como também enriquece a experiência de aprendizado, exalta a diversidade, a diferença e o pluralismo de cada sujeito envolvido.

Socializar as práticas dessa ferramenta colabora para a difusão e o sucesso nas habilidades educacionais, eliminando barreiras e ampliando os processos de inclusão educacional com estratégias pedagógicas do EaD, visando comunicação eficiente e formação crítica do cidadão perante seu papel educacional e social.

As limitações desta pesquisa versam sobre a ampliação dos estudos das variáveis quantitativas. Um estudo longitudinal sobre as práticas pedagógicas executadas e desenvolvidas, a partir do aperfeiçoamento da audiodescrição em outras versões do curso ofertado, encontra-se em vigência, desenhando estratégias metodológicas por intermédio de recursos de tecnologia assistiva em audiodescrição em/para um ecossistema inclusivo.

Referências

- Baptista, C. R. (2019). Public policy, Special Education and schooling in Brazil. *Educação e Pesquisa*, 45. Obtido de: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945217423>
- Benites, M. C., & de Mello, C. A. (2024). Acessibilidade e educação especial: visibilidade e inclusão. *Revista Foco*, 17(1), e4241. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-146>
- Brasil (1989). *Lei n.º 7.853/89*, de 24 de outubro de 1989. <https://go.oei.int/ofta6bdc>
- Brasil (1996). *Lei n.º 9394/96*: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. <https://go.oei.int/udbzmqg0>
- Brasil (2000). *Lei n.º 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. <https://go.oei.int/r41pghkw>
- Brasil (2008). *Decreto Legislativo n.º 186/2008*. <https://go.oei.int/qgxik7gg>
- Brasil (2015). *Lei n.º 13.146/2015*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). <https://go.oei.int/grggcOri>
- Brasil (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. <https://bit.ly/3vZvmzZ>
- Brasil (2021). *Ofício Circular nº 2*, de 24 de fevereiro de 2021. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) orienta pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação a procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual. Tais medidas visam preservar a proteção,

- segurança e os direitos dos participantes de pesquisa. Ofício Circular N° 2/2021/Conep/Secns/Ms. Brasília. <https://go.oei.int/3do9zffp>
- Brazil, V. T. F., Almeida, G. B. de, Vasconcelos, F. H. L., Lima, L. de, & Santana, J. R. (2022). Profile of teachers in remote training during the COVID-19 pandemic in 2021: A characterization of the students of the education technology course, blended teaching and pedagogical innovation. *Research, Society and Development*, 11(4), e28811427172. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27172>
- Castells, M. (2010). *The rise of the network society: The information age: Economy, society, and culture*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Conceição, T. N., & Barreira, M. I. de J. S. (2023). Uma análise das produções acadêmicas dos profissionais da ciência da informação sobre o uso da audiodescrição para pessoas com deficiência visual. *BIBLOS*, 37(1). <https://doi.org/10.14295/biblos.v37i1.15594>
- Dias Júnior, M. V., & Mercado, L. P. (2019). Acciones docentes en los entornos virtuales de aprendizaje proporcionados por las herramientas de Learning Analytics. *Revista Iberoamericana de Educación*, 80(1), 117-137. <https://doi.org/10.35362/rie8013459>
- Farias Júnior, L. R. & Araújo, V. L. S. (2023). Metodologia para a produção de imagens estáticas acessíveis no Ensino Superior: A formação docente em audiodescrição. *Revista Linguagem em Foco, Fortaleza*, 15(2), 8-29, <https://doi.org/10.46230/2674-8266-15-10613>.
- Ferreira, E. L., Takakura, F., & Vianna, R. M. (Orgs.). (2019). *Desafios e perspectivas para a equidade educacional*. Juiz de Fora: NGIME/UFJF.
- Freitas, C. G. (2017). *Realidade e perspectivas do ensino tecnológico para pessoas com deficiência na Amazônia ocidental: o caso do Instituto Federal do AM*. [Tese de doutorado. Instituto Oswaldo Cruz]. Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde.
- Galvão, M. C. B., Ricarte, I. L. M., Darsie, C., Forster, A. C., Ferreira, J. B. B., Carneiro, M., Sampaio, S. dos S., & Rocha, J. S. Y. (2021). Usos de tecnologias da informação e comunicação no ensino superior em Enfermagem durante a pandemia da COVID-19. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 15, e02108. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02108>
- Gil, A. C. (2006). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Hassan, S. A., Rahim, T., & Shin, S. Y. (2021). ChildAR: an augmented reality-based interactive game for assisting children in their education. *Universal Access in the Information Society*, 21, 545-556. <https://doi.org/10.1007/s10209-020-00790-z>
- IGBE (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *DOU n.º 59, de 27 de março de 2023, conforme Portaria n.º PR-197, de 21 de março de 2023*. <https://bit.ly/49KfAqI>
- INEP (2021). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021*. Brasília, DF: Inep.
- Kita, Y. (2021). Using forms quizzes to Enhance Students' motivation in language learning at a Japanese University. *Indonesian Journal of English Language Teaching and Applied Linguistics*, 5(2), 219-235. <https://bit.ly/3QbEA2V>
- Kostenko, L., Ruda, O., Sofilkanych, M., & Bokshan, Anna (2023). Distance learning as an integrative response to contemporary challenges. *Futurity Education*, 3(1), 151-164. <https://go.oei.int/3amtxqer>.
- Lázaro, M. & De-Juanas Á. (2024). Humanidades Digitales y nuevas metodologías de enseñanza de las Humanidades. *Revista Iberoamericana de Educación*, 94(1), 9-14. <https://doi.org/10.35362/rie9416318>
- Lima, J. M. M. (2021). Plataforma Moodle: A educação por mediação tecnológica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 17(01), 17–37. <https://go.oei.int/axiyttbl>
- Lima de Almeida, M., Vidal da Silva, N., Baumgartem França, B. R., & Lemos Leal Reis, M. (2023). Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, 104, e5699. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5699>

- Macedo, C. R., & Freitas C. A. (2023). Educação inclusiva e diversidade no ensino superior. *Revista Triângulo*, 16(1), 137–152. <https://doi.org/10.18554/rt.v16i1.6211>
- Malheiro, C. A. L., & Junior, K. S. (2020). Inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro / Inclusion and accessibility in brazilian higher education. *Brazilian Journal of Development*, 6(12), 94573–94590. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-066>
- Mantoan, M. T. E. (2009). Special Education in Brazil: from exclusion to inclusion. *ETD – Educação Temática Digital*, 1(3), 45. <https://doi.org/10.20396/etd.v1i3.548>
- Meepung, T., Pratsri, S., & Nilsook, P. (2021). Interactive Tool in Digital Learning Ecosystem for Adaptive Online Learning Performance. *Higher Education Studies*, 11(3), 70. <https://doi.org/10.5539/hes.v11n3p70>
- Mianes, F. (n.d.). *Audiodescrição como ferramenta pedagógica de ensino e aprendizagem*. <https://go.oei.int/jsymbgiy>
- Motta, L. M. V. & Romeu, P., Filho (Orgs.) (2010). *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. <https://go.oei.int/d6jfcnt1>
- Oliveira, G. T. L. de; Moraes, A. C. de. A audiodescrição (AD) na formação estética de futuros(as) pedagogos(as). *Revista Linguagem em Foco, Fortaleza*, 15(2), 47-65. <https://doi.org/10.46230/2674-8266-15-10598>
- Orlandi, E. (1999). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (6a ed.). Campinas, SP: Unicamp.
- Orlandi, E. (2007). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (5a ed.). Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. (2013). *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (11a ed.). Campinas: Pontes.
- Payne, K., Keith, M. J., Schuetzler, R. M., & Giboney, J. S. (2017). Examining the learning effects of live streaming video game instruction over Twitch. *Computers in Human Behavior*, (77), 95 -109. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.08.029>.
- Renner, H.M., Rowland, B., Hutchinson, D. and Toumbourou, J.W. (2024), The role of adolescent social inclusion in educational attainment among vulnerable youth. *Child Adolesc Ment Health*, (29), 161-169. <https://doi-org.ez25.periodicos.capes.gov.br/10.1111/camh.12709>
- Rocha, T. da C., Pilatti, L. A., & Pinheiro, N. A. M. (2024). Catalisadores do crescimento: desvendando o aumento das matrículas na educação a distância. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 17(49), 529-543. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10613202>
- Ruiz-Corbella, M. Repensar la educación a distancia en la era digital. *Estudios pedagógicos*, 49(1), 237–253.
- Rybalko, A., Kochetkova, I., Kin, O., Liulchak, S., & Khmil, N. (2023). Ensino a distância 2023: Tendências, desafios, problemas. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 27(00). <https://doi.org/10.22633/rpge.v27iesp.2.18583>.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5a ed.). Porto Alegre: Penso.
- Santaella, A. & Ruiz, E. (2023). La transdisciplinariedad educativa: análisis del marco conceptual, metodologías, contexto y medición. *Revista Iberoamericana de Educación*, 92(1), 15-28. <https://doi.org/10.35362/rie9215747>.
- Santos, A. P. de S., & Costa, M. L. F. (2021). O avanço feminino na educação superior brasileira: perspectivas de gênero, raça e classe. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 2(21), e12657–e12657. <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.12657>
- Santos, T. W., & Sá, R. A. de. (2021). O olhar complexo sobre a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais. *Educar em Revista*, 37, p. e72722, <https://www.scielo.br/j/er/a/MyDRrjQnCGmcQ8wChz3PKsR/>
- Sassaki, R. K. (2010). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (8a ed.). Rio de Janeiro: WVA.

- Senkevics, A. S. (2021). O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro. [Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758>
- Silva, L. F. (2024). A formação continuada de professores da educação básica no Brasil: realidades e necessidades. *Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, 2(1), 212–224. <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/142>
- Simón, C., & Molina, P. (2022). Presentación. Haciendo realidad la inclusión en la escuela: condiciones, desafíos y prácticas inspiradoras. *Revista Iberoamericana de Educación*, 89(1), 9-14. <https://doi.org/10.35362/rie8915216>
- Sotto, A., Martínez, L. A., & Vallejo, A. S. (2023). La educación multi, inter y transdisciplinar en la formación a lo largo de la vida. *Revista Iberoamericana de Educación*, 92(1), 9-11. <https://doi.org/10.35362/rie9215909>
- Stadler-Heer, S. (2019). Inclusion. *ELT Journal*, 73(2), 219-222. <https://doi.org/10.1093/elt/ccz004>
- Teixeira, A. F. (2018). Tecnologia assistiva e inclusão educacional de alunos com deficiência visual no ensino superior: a atuação do núcleo de acessibilidade da UFMA. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão].
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 31(3), 443-466.
- Unesco. (2015). *A agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável*. <https://go.oei.int/i7z76hml>
- Unesco. (2017). *A Guide for ensuring inclusion and equity in education*. Paris. <https://go.oei.int/mmfw8bat>
- Unesco. (2020). *Covid-19: como a coalizão global de educação da Unesco está lidando com a maior interrupção da aprendizagem da história*. <https://go.oei.int/6anj2ssy>.
- Unesco (2022). Reimaginar nossos futuros juntos – Um novo contrato social para a educação. <https://bit.ly/3r6kRlb>
- Zaduski, J. C. D., Lima, A. V. I., & Schlünzen Junior, K. (2019). Ecossistemas da aprendizagem na era digital: considerações sobre uma formação para professores na perspectiva da educação inclusiva. *Revista Diálogo Educacional*, 19(60), 269–287. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.19.060.DS12>
- Zaduski, J. C. D., Barbosa L. R., & Schlunzen Junior, K. (2018). Initial Considerations about a Rhizomatic Learning Environment. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, 13(esp. 1), 489-499. <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v13iesp.1.11009>.

Cómo citar en APA:

Saço, L. F., Vianna, R. M. e Ferreira, E. L. (2024). Princípios e práticas da audiodescrição em um ecossistema inclusivo para o ensino superior. *Revista Iberoamericana de Educación*, 95(1), 125-142. <https://doi.org/10.35362/rie9516246>